

Jurídico

Advogados esclarecem acordo para pagamento da "Gifinha"

Avice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, e os advogados Rodrigo Cartafina e Priscila Abritta esclareceram os termos do acordo finalizado com a Advocacia-Geral da União para o pagamento dos valores retroativos da Gifa.

•pág 2

Serviço público

Servidores querem acesso à proposta de reforma administrativa

As entidades que integram o Fonacate protocolaram pedido oficial ao presidente da Câmara, Hugo Motta, para que apresente o texto da proposta de emenda constitucional elaborada pelo Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa.

•pág 3

XXX CNO

Aproveite Brasília durante a XXX Convenção Nacional

De 24 e 27 de setembro, associados da ANFIP Nacional estarão reunidos em Brasília para participar da XXX Convenção Nacional. Além dos importantes debates, a visita à capital federal é uma oportunidade para conhecer de perto os encantos da cidade.

•pág 4

AGE

Associados devem deliberar sobre acordo da AGU

ANFIP Nacional realizará, dia 16 de setembro (terça-feira), Assembleia Geral Extraordinária, por meio de votação eletrônica, das 9h às 17h (horário de Brasília).

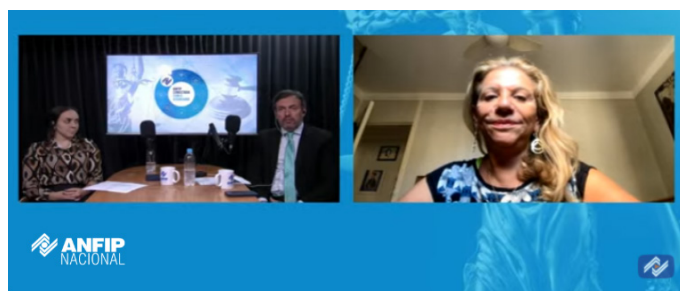
Na pauta, estará a deliberação sobre a proposta de acordo da Advocacia-Geral da União (AGU) nos processos referentes ao pagamento das parcelas retroativas da Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação – GIFA a aposentados e pensionistas.

A participação é restrita aos associados efetivos e quites com seus deveres associativos.

Confira o edital completo [aqui](#).



Advogados esclarecem acordo para pagamento retroativo da "Gifinha"



A vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP Nacional, Maria Beatriz Fernandes Branco, e os advogados Rodrigo Cartafina e Priscila Abritta, em live realizada dia 10 de setembro, esclareceram os termos do acordo finalizado com a Advocacia-Geral da União (AGU) para o pagamento dos valores retroativos da Gratificação de Incremento à Fiscalização e Arrecadação (Gifa), referentes aos meses de julho a novembro de 2004, também conhecida como “Gifinha”.

Beatriz Branco abriu a transmissão reforçando o compromisso da Entidade em buscar a solução mais rápida e vantajosa para os associados. “Nosso objetivo é fazer com que esses pagamentos aconteçam da maneira mais rápida possível, especialmente para nosso público, majoritariamente formado por pessoas de idade mais avançada”, declarou.

O que é a “Gifinha”?

Enquanto o Mandado de Segurança (MS) coletivo de 2004 garantiu o pagamento da Gifa a partir de dezembro daquele ano, os cinco meses anteriores (julho a novembro) precisaram ser pleiteados em ações de cobrança específicas. São esses valores que serão quitados por meio do novo acordo, que desta vez será de forma coletiva.

Quem tem direito?

Têm direito ao acordo os Auditores Fiscais inativos (ou seus herdeiros) e pensionistas que:

- Já eram aposentados em 07/2004 e filiados à ANFIP em 12/2004;
- Faziam parte do Mandado de Segurança de 2004 e tiveram proposta de acordo da AGU naquela ação.
- Estão inscritos nas ações coletivas de cobrança da “Gifinha” movidas pela ANFIP Nacional.

Ficam de fora aqueles que já receberam esses valores por meio de ações individuais no Juizado Federal.

Como funcionará o Acordo Coletivo?

Diferente da GIFA Mandado de Segurança, que teve emissão de proposta individual de acordo com a apresentação dos valores, o acordo no processo da Gifinha seguirá um rito diferente. Para aprovação do acordo, a ANFIP realizará Assembleia Geral Extraordinária, dia 16 de setembro, por meio de votação eletrônica. Somente associados efetivos e quites com os deveres associativos terão direito ao voto. O acordo é coletivo, logo irá prevalecer a decisão da assembleia para todos do processo. Confira o Edital de Convocação.

“Uma vez aprovado o acordo na assembleia, partiremos imediatamente para a assinatura do termo e para os desmembramentos das ações em grupos, iniciando a expedição dos RPVs”, explicou Priscila Abritta.

A previsão é que os primeiros pagamentos comecem a ser realizados a partir de março ou abril de 2026.

Principais termos do acordo

O acordo segue parâmetros semelhantes ao bem-sucedido acordo da Gifa principal, fechado no final de 2022:

- Deságio de 20%: Percentual mantido, considerado uma vitória pela equipe jurídica, já que as ações da “Gifinha” estão em fase inicial (conhecimento), enquanto as outras estavam em fase mais adiantada (execução).
- Juros: Calculados a partir de janeiro de 2005, data referente à impetração do MS.
- Pagamento via RPV: Para agilizar, os pagamentos serão feitos por Requisições de Pequeno Valor (RPVs), visto que os valores não ultrapassam 60 salários mínimos, que são mais ágeis que precatórios.

Orientações para herdeiros

O advogado Rodrigo Cartafina alertou que a situação dos herdeiros requer atenção, e precisam estar atentos ao início do procedimento de habilitação (sucessão processual), que ocorrerá a partir de junho de 2026. Para este acordo, será necessária uma autorização específica dos herdeiros habilitados, que será solicitada pela ANFIP em momento oportuno.

A ANFIP reforça a importância de todos os associados participarem da Assembleia Geral e votarem, por meio da área restrita, no link que estará disponível.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251.8100
Whatsapp: (61) 98289.5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Marluce do Socorro da Silva Soares

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima e Ludmila Machado

ESTAGIÁRIA
Thatiana Cardoso

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



Determinação e trabalho

Servidores oficializam pedido para acesso ao teor da proposta de reforma administrativa

ANFIP Nacional e as entidades que integram o Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) protocolaram, em 10 de setembro, na Presidência da Câmara dos Deputados, pedido oficial ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), para que apresente o texto da proposta de emenda constitucional e demais proposições elaboradas pelo Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa. O mesmo documento foi entregue ao coordenador do GT, deputado Pedro Paulo (PSD/RJ).

O presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, representou a Entidade e ressaltou que a formalização do pedido tem como objetivo permitir aos servidores acesso ao conteúdo que está sendo construído para a administração pública.

“Precisamos tomar conhecimento do texto para discuti-lo da mesma forma que o Grupo de Trabalho debateu com setores econômicos e parlamentares. É fundamental termos o mesmo direito de analisar a proposta, a fim de apresentar contribuições e aperfeiçoar seu teor”, enfatizou.

As entidades destacam que a PEC já foi apresentada a



segmentos do Governo Federal e do mercado, enquanto os servidores têm obtido apenas informações esparsas pela mídia — situação considerada inadmissível.

“Esse é um assunto que impacta diretamente a vida de 12 milhões de servidores públicos brasileiros e de toda a população que depende desses serviços”, registra o ofício protocolado.

A ANFIP Nacional segue atenta à tramitação das proposições, com o objetivo de evitar o desmonte do Estado brasileiro e a precarização da prestação pública dos serviços públicos.

Entidades defendem melhorias no serviço público



Em reunião plenária, realizada dia 9 de setembro, as entidades que compõem o Fonacate, entre elas a ANFIP Nacional, discutiram estratégias de atuação diante da reforma administrativa. “Por enquanto, estamos fazendo tudo o que é possível, nos posicionando e atuando ativamente”, declarou o presidente do Fonacate, Rudinei Marques.

Os representantes ressaltaram a preocupação com o distanciamento da sociedade em relação ao serviço público. Para eles, é essencial reforçar a importância da atuação dos servidores para o funcionamento do país. “Estamos lutando contra uma cultura que combate a imagem do servidor, difundindo a ideia de que o servidor não trabalha. É muito difícil desconstruir essa visão. Além disso, preocupa o fato de que a votação

se aproxima e ninguém conhece o texto. Precisamos saber contra o que estamos lutando. O deputado Pedro Paulo, relator da proposta, não apresenta claramente o conteúdo da PEC”, afirmou.

A ausência de informações claras sobre a proposta foi um dos pontos mais criticados ao longo da reunião. O presidente da ANFIP, Miguel Nôvo, destacou que a demora em apresentar o conteúdo da reforma compromete o debate democrático. “Quanto mais tempo eles demorem para apresentar o texto, menos tempo teremos para debater. As reformas, até hoje, sempre retiraram direitos. Nunca vi uma reforma administrativa ou previdenciária trazer benefícios ao servidor. Precisamos exigir que o texto seja apresentado”, disse.

As entidades também lembraram o histórico de reformas anteriores, que trouxeram perdas significativas para os trabalhadores. Para elas, a falta de transparência atual amplia ainda mais a insegurança.

Diante desse cenário, a preocupação é unânime: a indefinição sobre o conteúdo da proposta e o histórico de retrocessos levantam dúvidas sobre o futuro do serviço público no Brasil.

A ANFIP reafirma seu compromisso de acompanhar cada passo do processo e de atuar firmemente contra medidas que possam precarizar o serviço público brasileiro.

Aproveite sua estadia em Brasília durante a XXX Convenção Nacional



No período de 24 e 27 de setembro, associados da ANFIP Nacional, vindos de todas as regiões do país, estarão reunidos em Brasília para participar da [XXX Convenção Nacional](#). O evento será realizado no San Marco Hotel, localizado no Setor Hoteleiro Sul, região central da cidade, com fácil acesso às principais atrações e pontos turísticos de Brasília.

Além dos importantes debates e atividades da programação oficial, a visita à capital federal é também uma oportunidade para conhecer de perto os encantos da cidade e da região.

Brasília é uma capital moderna, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, e oferece atrações únicas para quem deseja aproveitar um tempo extra entre os compromissos da Convenção.

O que conhecer na cidade

- **Catedral Metropolitana:** cartão-postal de Brasília, com arquitetura singular e vitrais que impressionam pela beleza.
- **Monumento dos Candangos:** símbolo dos trabalhadores que ajudaram a erguer Brasília.
- **Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes:** centro da vida política do Brasil, onde estão o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto.
- **Museu Nacional da República e Biblioteca Nacional:** espaços culturais com exposições e entrada gratuita.
- **Teatro Nacional:** ícone da arquitetura e da vida cultural da cidade.
- **Memorial dos Povos Indígenas:** espaço que valoriza a cultura e a história dos povos originários.
- **Torre de TV:** do alto do mirante, é possível ter uma vista panorâmica da cidade.
- **Memorial JK:** para conhecer a trajetória de

Juscelino Kubitschek e a história da construção de Brasília.

- **Estádio Mané Garrincha:** palco de grandes eventos esportivos e culturais, que hoje conta com um complexo gastronômico nos seus arredores.
- **Parque da Cidade:** um dos maiores parques urbanos do mundo, perfeito para caminhar, correr e relaxar.
- **Pontão do Lago Sul:** ideal para um pôr do sol inesquecível, com opções de lazer e gastronomia.
- **Ponte JK:** considerada uma das mais bonitas do mundo, é cartão-postal obrigatório.
- **Passeio de barco no Lago Paranoá:** uma forma diferente de apreciar a cidade e suas paisagens.
- **Santuário Dom Bosco:** igreja famosa pelos vitrais em tons de azul que criam um espetáculo de luz.
- **Torre Digital:** projetada por Oscar Niemeyer, garante uma das vistas mais bonitas da capital.

Sugestões para quem quiser estender a viagem

Se a ideia for ficar mais alguns dias após a Convenção, a região também reserva destinos imperdíveis:

- **Chapada dos Veadeiros (GO):** a cerca de 3 horas de Brasília, com trilhas, cachoeiras e paisagens de tirar o fôlego.
- **Pirenópolis (GO):** cidade histórica com ruas de pedra, igrejas coloniais e culinária tradicional.
- **Formosa (GO):** próxima à capital, oferece belezas naturais como o Salto do Itiquira e diversas grutas.

A XXX Convenção Nacional será um momento especial de encontros e debates, mas também pode ser a chance de explorar Brasília e suas redondezas, mesmo para quem já esteve na cidade. Programe-se e aproveite ao máximo a sua estadia!

Confira todas as informações sobre o evento, como inscrições e programação, no [hotsite exclusivo](#).

Delegado da RFB promove curso sobre Benefícios Fiscais da Zona Franca de Manaus

O associado da ANFIP, Felipe Sarkis, delegado da Alfândega do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, está promovendo o curso “Benefícios Fiscais da Zona Franca de Manaus”, destinado a profissionais que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a legislação que sustenta os incentivos fiscais da região.

Com 12 horas de duração, a formação será realizada de 22 a 25 de setembro de 2025, em formato online e ao vivo pelo

Google Meet, incluindo material de apoio exclusivo e certificado de conclusão.

Reconhecidos como pilares da economia amazonense, os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) exigem domínio técnico para sua correta aplicação. O objetivo do curso é justamente preparar os participantes para compreender as especificidades tributárias e aproveitar as oportunidades que o modelo oferece, tanto no mercado nacional quanto internacional.

A programação abordará desde os fundamentos dos incentivos fiscais até as mais recentes atualizações legislativas, com destaque para o Decreto-Lei nº 288/1967 e para a Lei Complementar nº 214/2025, que trata da aplicação do IPI e da CBS no contexto da ZFM.

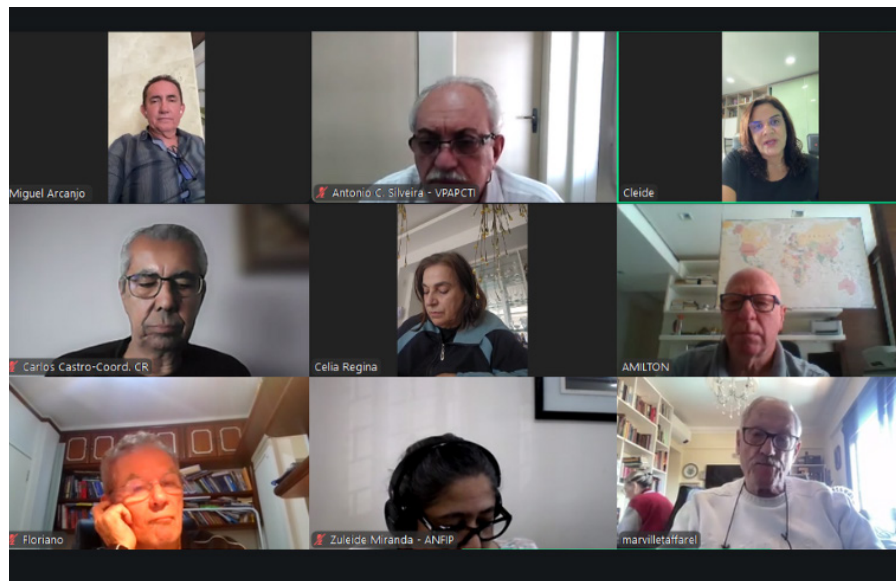
Os interessados podem obter mais informações e realizar a inscrição diretamente no [site oficial](#). Associados e seus indicados possuem um desconto de 10% no valor do curso. Basta inserir o cupom ANFIP na página de inscrição.

ANFIP Nacional e Representação do Rio Grande do Sul alinham próximas ações

A ANFIP Nacional realizou, dia 12 de setembro, uma reunião de trabalho com a Diretoria da Representação da Entidade no Rio Grande do Sul. O encontro teve como pauta principal a discussão de assuntos administrativos, orçamentários, de estrutura e o planejamento de ações conjuntas.

Miguel Nôvo, presidente nacional, em pronunciamento de abertura, destacou a relevância da integração e do trabalho colaborativo entre a direção nacional e as Representações Estaduais. “Agradeço a presença de todos e reafirmo a importância dos trabalhos que serão desenvolvidos de forma conjunta para fortalecer nossa Entidade e melhor servir aos nossos associados”, declarou.

Em seguida, a coordenadora do Projeto Sociocultural, Cleide Nôvo, detalhou os aspectos administrativos e financeiros para a realização de eventos direcionados aos associados,



que serão viabilizados por meio de recursos do próprio projeto. A explanação teve como objetivo alinhar a execução das atividades no estado gaúcho com as diretrizes nacionais.

Também participaram do encontro o coordenador do Conselho de Representantes, Carlos José de Castro; a Diretoria da Representação do RS: Marville Taffarel (presidente), Célia Regina Steibel Sarmento (vice-

presidente) e José Amilton Vieira Freire (diretor Financeiro); bem como Floriano José Martins, da comissão responsável pelo projeto ANFIP do Futuro.

A reunião reforçou o compromisso da Entidade em alinhar estratégias e intensificar a integração entre a Nacional e suas Representações Estaduais, garantindo maior eficiência na execução das atividades em benefício dos associados.

Benefícios

Novos usuários têm 50% de desconto na primeira mensalidade do plano de saúde



A Allcare, administradora do plano de saúde oferecido aos associados da ANFIP Nacional, traz uma oportunidade imperdível: 50% de desconto na primeira mensalidade

do plano Unimed Vitória para aqueles que fizerem adesão até 31 de outubro.

E os benefícios não param por aí! Além de uma tabela de preços diferenciada em relação ao mercado, os usuários contam com:

- Telemedicina gratuita, para consultas médicas rápidas e seguras, onde você estiver.
- Clube de vantagens, com descontos

exclusivos.

- Economia em vacinas, exames e farmácias, para cuidar da saúde com mais tranquilidade.

Essa é mais uma ação exclusiva da ANFIP para valorizar seus associados, reafirmando o compromisso com o bem-estar e a qualidade de vida de todos.

Saiba mais: Allcare – 0800 601 1013 ou (11) 3003-9019.

Ação Fiscal

Operação conjunta apreende drogas e mercadorias em Cascavel

A Receita Federal em Cascavel (PR), em operação realizada dia 10 de setembro, promoveu diversas abordagens na cidade em conjunto com a Polícia Federal. A ação, voltada ao combate ao contrabando e ao descaminho, resultou em significativas apreensões de mercadorias estrangeiras e drogas.

Foram apreendidos dois veículos VW/Voyage, com placas do Brasil, carregados com grande quantidade de perfumes estrangeiros sem comprovação regular de importação que saíram da região de Foz do Iguaçu (PR) com destino à cidade de Maringá (PR). A carga de perfumes tem seu valor estimando em R\$ 300.000,00.

Também foi apreendida uma caminhonete Ford F-1000, com placas do Brasil, transportava 100 unidades aparelhos de Iphones ocultos em fundo falso, que também saíram da região de Foz do Iguaçu com destino ao norte do estado do Paraná. Seus dois ocupantes, de nacionalidade brasileira (pai e filho) foram encaminhados para Polícia

Federal em Cascavel pelo crime de descaminho. O valor das mercadorias foi estimado em R\$ 650.000,00.

Outra ação de grande destaque foi realizada em uma empresa de transportes da cidade de Cascavel, onde foram encontrados mais de 500 kg de drogas, sendo 390 kg de substância análoga à maconha e 115 kg de capulho, que estava saindo de Cascavel com destino ao estado de Minas Gerais. A droga retirada de circulação, que está avaliada em mais de R\$ 2 milhões, foi entregue à Polícia Federal em Cascavel para providências cabíveis.

As mercadorias e os veículos foram levados para o depósito da Receita Federal em Cascavel.

Essas operações destacam a importância da cooperação entre as diferentes forças de segurança no combate ao tráfico de drogas e outros crimes transfronteiriços, reforçando o compromisso das autoridades em proteger a sociedade.

Fonte: Receita Federal

Estadual

ANFIP-PB inicia processo para eleição dos Conselhos Executivo e Fiscal

A Estadual da Paraíba (ANFIP-PB) publicou edital de abertura do processo eleitoral para a escolha dos Conselhos Executivo e Fiscal, gestão 2026/2028.

A eleição será realizada no dia 13 de novembro, na sede da ANFIP-PB, das 13h às 17h30. A coordenadora da Comissão Eleitoral Estadual,

Mara Rubia Alves Correia, e os integrantes Adilis Oliveira da Rocha e Carmelina Melo de Souza Tomaz estarão na sede acompanhando os procedimentos. Também será possível o voto por correspondência.

O direito de votar é exclusivo dos associados efetivos (ativos e aposentados) e quites com suas

obrigações financeiras.

Candidaturas – Poderão se candidatar aos cargos os associados com mais de doze meses de filiação que efetuem a inscrição até dia 19 de outubro. As regras estão no edital de abertura.

Mais informações no perfil @anfippb.

Artigo

Receita Federal do Brasil, uma instituição de Estado fundamental no combate ao crime organizado e à concorrência desleal

Álvaro Sólón de França*

Instituições de Estado são aquelas de cunho permanente e que existem para cumprir os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil preconizados na nossa Constituição Federal, a saber:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Registre-se, por oportuno, que as instituições de Estado não se confundem com instituições de governo, que são transitórias.

A Receita Federal do Brasil é uma instituição de Estado que promove a arrecadação e a fiscalização dos tributos essenciais para que as políticas públicas de saúde, educação, previdência social, assistência social, segurança pública, entre tantas outras, sejam executadas, além de combater a sonegação tributária para impedir a concorrência desleal entre as empresas.

Vale ressaltar que a sonegação é um dos males que sangram a vida nacional, pois compromete os programas sociais, corrói a ética comportamental, sacrifica os contribuintes honestos, enfim provoca um sentimento de que é péssimo negócio ser adimplente nas relações com o Estado.

Ressalte-se que a fiscalização aduaneira, braço da Receita Federal, tem importantíssimas funções de regulação econômica (como garantia da competitividade, combate ao dumping e garantia de direitos compensatórios), segurança pública (combate ao contrabando, narcotráfico, lavagem de dinheiro, terrorismo e outros crimes) e proteção geral à sociedade (em ações, por exemplo, de controle de entrada de produtos animais, vegetais e fármacos, defesa dos consumidores e combate à evasão de patrimônios históricos e culturais). Destaque-se que o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, órgão colegiado do Ministério da Fazenda, tem sob a sua responsabilidade julgar os recursos de ofício e voluntário de decisão de primeira instância, bem como os recursos de natureza especial, que tratam sobre a aplicação da

legislação referente a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, que importam em valores que superam um trilhão de reais. Registre-se, por oportuno, que esses créditos vultosos foram constituídos por Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Dessa maneira, resta claro, como o sol do meio dia, que a Receita Federal é essencial para que o Estado brasileiro cumpra com os seus objetivos fundamentais determinados pela cláusula pétrea prevista no artigo 3º da nossa Constituição cidadã.

Hodiernamente, a sociedade brasileira assiste estarrecida ao avanço descomunal do crime organizado, que detém ilegalmente um volume financeiro abissal e permeia os seus tentáculos por setores importantes da vida nacional. Por seu turno, todas as melhores práticas de combate ao crime organizado, exercidas pelos países desenvolvidos, apontam para o estrangulamento dos recursos financeiros dessas organizações criminosas.

Na qualidade de instituição de Estado fundamental no combate ao crime organizado, por meio da asfixia financeira desses conglomerados criminosos, oriundos de milícias, tráfico de drogas, tráfico de armas, contrabando em geral, a Receita Federal do Brasil deflagrou, recentemente, a Operação Carbono Oculto, a maior no combate ao crime organizado na história brasileira.

Desmantelou um grande esquema de lavagem de dinheiro e adulteração na cadeia de combustíveis, em uma megaoperação fraudulenta encabeçada pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Sendo que por meio dela, foram movimentados R\$ 52 bilhões entre 2020 e 2024, por meio de importadores de combustíveis, formuladoras, distribuidoras, transportadoras e postos de gasolina, que funcionavam por meio de fraude e concorrência desleal no setor. Foram identificados cerca de 1.000 postos envolvidos (2% de postos no Brasil), 1.600 caminhões de transporte, além de diversas distribuidoras.

O esquema importou, fraudulentamente, R\$ 10 bilhões em combustíveis e movimentou R\$ 52 bilhões, incluindo R\$ 46 bilhões por meio de fintechs que funcionavam como instituições financeiras do esquema. Ressalte-se que, devido ao esquema, R\$ 7 bilhões em tributos foram sonegados.

Registre-se, por oportuno, que, ao deflagrar essa operação, a Receita Federal do Brasil combateu, de maneira contundente, também, o crime de concorrência desleal que estava sendo praticado pelas organizações

criminosas encabeçadas pelo PCC. Resguardando, assim, o direito das empresas idôneas que atuam no ramo de combustíveis de explorar, salutarmente, as suas atividades econômicas, que é garantido pela Constituição Federal e expresso pelo princípio da livre iniciativa.

Essa Operação demonstra de maneira insofismável que a Receita Federal do Brasil é primordial para a sociedade brasileira, posto que age, com firmeza, contra os crimes de sonegação e de concorrência desleal, entre outros, ao fiscalizar e autuar as chamadas empresas laranja ou de fachada, e outras que são utilizadas para a lavagem de dinheiro, especialmente por emissão de notas sem lastro, fraude fiscal com a intenção de ocultar patrimônio e renda, além da corrupção ao facilitar a ocultação de subornos. Por isso, a Receita Federal do Brasil está adotando a máxima praticada em todos os países que querem asfixiar financeiramente as organizações criminosas, isto é: siga o dinheiro.

A sonegação, lavagem de dinheiro e concorrência desleal e crimes correlatos comprometem os programas sociais, corrói a ética comportamental, sacrifica os contribuintes honestos, priva, principalmente, as camadas mais pobres de nossa população de terem

acesso a melhores serviços públicos de saúde e educação.

Por outro lado, inviabiliza a construção de uma sociedade justa e solidária, que todos sonhamos e que se constitui num dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previsto no inciso I do artigo 30. da nossa Carta Maior.

A Operação Carbono Oculto demonstra que a fiscalização da Receita Federal do Brasil, ao combater os crimes de sonegação, lavagem de dinheiro, concorrência desleal e crimes correlatos, tem um compromisso inalienável e inarredável com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que todos almejamos.

(*) Álvaro Sólton de França – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, aposentado; Foi Ministro Interino e Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Presidente do Conselho Executivo da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e do Conselho Curador da Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social – Autor dos livros *A Previdência Social é Cidadania*, *A Previdência Social e a Economia dos Municípios* e *A Seguridade Social é a alma da Nação brasileira* – alvarosolon@uol.com.br

Fale com a ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100 (ligação e whatsapp)
0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)
E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)
E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local – atendimento das 14h às 18h)
(61) 3251-8121 / 8123 / 8126
E-mail: juridico@anfip.org.br

CADASTRO

E-mail: cadastro@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)
E-mail: assistenciais@anfip.org.br
You Huul: 0800 932 0000 – Ramal: 4199
Allcare: Whatsapp (11) 3003-5200 /
SAC 0800 941 4962 (atendimento das 8h às 20h, de segunda a sábado, exceto feriados)
Geap: 0800 728 8300



COM A ANFIP
VOCÊ VAI + LONGE

**ASSOCIE-SE
OU
ATUALIZE**
seus dados e concorra